



Município de Santa Cruz do Sul

Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico

Rua Galvão Costa, 755 - Caixa Postal 4 - Fone (51) 715 3331 - Cep 96810 170 - Santa Cruz do Sul - RS

DECRETO Nº 5.087, DE 16 DE MAIO DE 2000.

DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que o arroz é o segundo produto mais cultivado no Município de Santa Cruz do Sul;

CONSIDERANDO que parte da economia do Município está vinculada aos recursos gerados por essa cultura;

CONSIDERANDO que o **Instituto Riograndense do Arroz** estimou que o custo para produção de uma saca de arroz atinge o valor de R\$ 14,84 (quatorze reais e oitenta e quatro centavos) e o preço praticado no mercado hoje, é de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos);

CONSIDERANDO que os preços ora praticados no mercado aproxima-se da safra de 1994, não considerando o aumento do custo de produção, nem mesmo a inflação do período, muito pelo contrário, estando praticamente, 30% abaixo do preço do custo de produção;

CONSIDERANDO que grande parte dos insumos são dolarizados e o valor do dólar em 1994 era de R\$ 0,83 (oitenta e três centavos de real) e atualmente é de U\$1 (um dólar) para R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos);

CONSIDERANDO que o salário mínimo em 1994 era de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e hoje seu valor corresponde a R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais);

CONSIDERANDO que os mecanismos de sustentação de preços do produto, reguladores do mercado, não estão atingindo seus objetivos;

CONSIDERANDO que o somatório de todos estes fatores acarretarão graves prejuízos, não só aos produtores, como também a todos os Municípios da região;



"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"



Município de Santa Cruz do Sul

Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico

Rua Galvão Costa, 755 - Caixa Postal 4 - Fone (51) 715 3331 - Cep 96810 170 - Santa Cruz do Sul - RS

CONSIDERANDO que a persistir a atual situação dificultará o cumprimento das metas e obrigações do Município pela conseqüente queda de sua participação no bolo tributário,

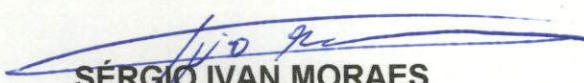
DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado a contar de 16 de maio de 2000, **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** no Município de Santa Cruz do Sul a estender-se por 30 (trinta) dias, devido frustração na comercialização da safra de arroz.

Art. 2º - Dê-se ciência deste ato ao **GABINETE DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, para as providências necessárias ao oficial reconhecimento da **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**, ora decretado.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 16 de maio de 2000.


SÉRGIO IVAN MORAES
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e cumpra-se


AMYR JOSÉ ROCKENBACH
Secretário Municipal Interino
de Administração



"Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas"



FARSUL
SENAR

**SINDICATO RURAL DE
SANTA CRUZ DO SUL**

CGC: 88.230.347/0001-71 - CGC(TE): 108/9003339
CARTA SINDICAL MTPS: 126.332/68

ILMO. SR. SERGIO IVAN MORAES
MD. PREFEITO MUNICIPAL

PREZADO SENHOR,

O Sindicato Rural de Santa Cruz do Sul, e a Comissão do Arroz, tendo em vista os últimos acontecimentos referentes a comercialização do Arroz no Estado do Rio Grande do Sul, haja visto que o preço de custo de produção da lavoura Orizicola se encontra no valor de R\$14,84 a saca e que a venda do produto a nível de indústria oferece somente R\$11,50. O que nos deixa com um prejuízo significativo tornando esse cultivo inviável economicamente.

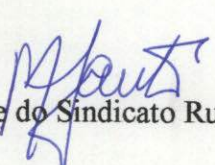
Estamos mobilizando-nos em todo estado para uma paralisação da Comercialização de Arroz a partir de quinta-feira dia 18 de maio de 2000, com forma de protesto, buscando um entendimento dos governos e das industrias tentando viabilizar este setor

Hoje cultivamos 1500 hectares com uma produtividade de 210 mil sacas, com sessenta e cinco produtores no município de Santa Cruz do Sul, representando o segundo produto em arrecadação.

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria o pedido, de participação em nosso movimento, solicitando que decrete o Estado de Emergência no município, somando-se a outros municípios que já o fizeram.

Contamos desde já com vosso apoio.

Santa Cruz do Sul, 16 de maio de 2000


Presidente do Sindicato Rural


Presidente da Comissão do Arroz

5-12-01 11:27

CAPC-

ENV FOR:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO

RESUMO DAS PROPOSTAS - ARROZ FASE II - SANTA MARIA

- 1 - ENTREGA AOS REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E DA CONAB, NO PRÓXIMO DIA 15 DE MAIO, NA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, AS PROPOSTAS:
 - ACRÉSCIMO DE 500 MIL TONELADAS NO CONTRATO DE OPÇÃO;
 - LIQUIDAÇÃO DOS CONTRATOS DE OPÇÃO EM 60 DIAS DO EDITAL.

- 2 - AUDIÊNCIA COM A SECRETARIA DA FAZENDA - PEDIDO DE ESTUDO DA VIABILIDADE DE REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO ICMS DE 12 PARA 7%.

- 3 - AÇÃO COM AS INDÚSTRIAS (FIERGS) - PARALIZAÇÃO DOS EMBARQUES - POSSIBILIDADE DA COMPRA DE ARROZ A R\$ 14,00 A SACA, COM PRAZO EM 60 DIAS.

- 4 - FAMURS - DECRETAÇÃO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS.

- 5 - FAMURS - LEVANTAMENTO DAS PERDAS, POR MUNICÍPIO - REFORÇAR AÇÕES JUDICIAIS.
NOVAS AÇÕES - SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES.

- 6 - MOBILIZAÇÃO DOS PRODUTORES POR MUNICÍPIO - BLOQUEIO.

**ASSEMBLÉIA DE PRODUTORES DE ARROZ DO RGSUL
AUDITÓRIO DANTE BARONE - 26/04/2000
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RGSUL**

- 1) AO GOVERNO DO ESTADO, tendo em vista manifestações de apoio 'as reivindicações da Lavoura Arrozeira Gaúcha:

Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul e as entidades abaixo signatárias, reunidas nesta data, vem pleitear o que segue, como forma de garantir a sustentabilidade do setor:

- Equiparação da alíquota de ICMS cobrado no arroz aos outros Estados da Federação = Reduzi-la de 12 para 7%
- Alongamento das dívidas dos produtores junto a CEEE
- Dispensa de garantia hipotecária para liberação de EGF no Banrisul
- Engajamento do Governo do estado num programa de exportação de Arroz

2) AO GOVERNO FEDERAL

- Reiterar solicitações anteriores, que ainda não aconteceram de modo satisfatório, de agilidade e disponibilização de recursos para EGFs no Banco do Brasil e Bancos Privados
- Agilidade e disponibilização de recursos para AGF do arroz produzido no Centro-Oeste
- Restabelecer o mercado de opções nos moldes no ano anterior - Preço base de R\$ 15,00 - Prazo de vencimento do contrato em 60 dias
- Ampliação do mecanismo de mercado de opções de arroz do RGSul em mais 500 mil toneladas, além das 800 mil inicialmente previstas
- Aquisição direta de 500 mil ton. de arroz do RGSul ao preço do mercado de opções de 1999
- Prorrogação da data limite de entrega dos recibos de depósitos para 15/06/2000, junto aos Bancos, referente ao pagamento de Finames e Custeio, em áreas que estão com colheitas atrasadas, por problemas climáticos.
- Efetiva aplicação dos recursos de apoio a comercialização anunciados oficialmente na imprensa.
- Elevação da TEC para 35%
- Revisão dos acordos do Mercosul, com a participação da Câmara Setorial do Arroz/RS

3) AOS PREFEITOS MUNICIPAIS, tendo em vista a importância sócio-econômica desta lavoura nas comunidades

- Engajamento nos pleitos e ações promovidas pela classe

4) À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- Apoio integral aos pleitos e ações dos produtores e entidades representativas do setor.
- Verificação da legitimidade e eficácia da decretação de Estado de Emergência na Metade Sul do Estado.

5) AÇÕES POR PARTE DOS PRODUTORES

- Entrega de documentos com as reivindicações aprovadas nesta assembleia, ao Governador do Estado e ao Ministro da Agricultura, no próximo dia 28, na inauguração da Fenarroz, em Cachoeira do Sul, com a participação maciça dos produtores.
- Apoio às ações judiciais impetradas para suspender a entrada de arroz do Mercosul.
- Marcar uma reunião geral de produtores de arroz para o dia 11/5/2000, em Santa Maria, as 9 hs, em local a ser informado, afim de tratar exclusivamente de formas de protesto.



Porto Alegre, 17 de abril de 2000.

Prezado Senhor

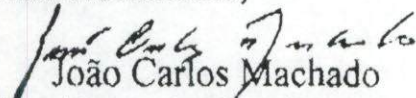
A Comissão do Arroz da FARSUL em assembléia com os membros colaboradores - FECOAGRO, FEDERARROZ e IRGA - e convidados, esteve reunida na sede da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar os problemas que atualmente afetam a comercialização do arroz e buscar alternativas para recompor a renda do orizicultor.

Decidiram encaminhar como linhas de ação a serem perseguidas pela Comissão do Arroz da FARSUL, pelos Sindicatos Rurais e Entidades diretamente envolvidos com a área do arroz, o que segue:

- 1- Suspender a venda de arroz, abaixo do custo de produção;
- 2- Pleitear junto aos Governos Estadual e Federal recursos novos para que sejam atendidas as despesas imediatas da colheita e início da comercialização;
- 3- Insistir com o Governo Federal sobre a urgência da elevação da alíquota de importação de 13% para 35%;
- 4- Buscar entendimento com fornecedores no alongamento da dívida, propondo que o produto arroz sirva como elemento de troca, com base em R\$ 15,00 por saca, na amortização de valores pendentes.
- 5- Sugerimos criar comissão no Sindicato para negociar com os fornecedores o alongamento do prazo para todos os produtores.

Pedimos o empenho desse Presidente na maior divulgação possível, junto aos associados, das decisões aprovadas na última assembléia.

Atenciosamente,


João Carlos Machado
Presidente da Comissão do Arroz